

SERVIÇO DE REFERÊNCIA DOS DIREITOS DA MULHER

Guilhardes de Jesus Júnior
Érica Almeida Leal
Jhader Cerqueira do Carmo

Resumo: Partindo do pressuposto de que as mulheres sempre estiveram em uma posição assimétrica em relação aos homens, e que, diante disso, sejam necessárias medidas inovadoras para reverter essa situação problemática. Visto que os direitos básicos e os valores de cidadania são essenciais para a manutenção da vida de qualquer ser humano, independente do gênero, e garantem um aumento na autoestima, além de dignidade; e mesmo assim esses conhecimentos não alcançam os descamisados da sociedade tradicional. O presente artigo visa argumentar em favor da imprescindibilidade da transferência de conhecimento na conscientização das mulheres acerca da equidade de oportunidades para fomentar o progresso social e na construção de um mundo mais humanitário. Para tal, serão analisadas ações na modalidade de extensão do Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, projeto acadêmico da Universidade Estadual de Santa Cruz, na região de abrangência da universidade, num grupo feminino componente da Reserva Extrativista de Canavieiras/BA, a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia. Ademais, para fundamentação teórica e metodológica, a produção científica foi embasada na pesquisa através da revisão da literatura nos campos legislativo, educacional e social.

Palavras-chave: Conhecimento. Direitos humanos. Mulheres. Transferência.

Reference service for Women's Rights

Abstract: *Starting from the assumption that women have always been in an asymmetric position in relation to men, and before innovative measures are needed to reverse this troubling situation. Since, the basic rights and values of citizenship are essential for maintaining the life of any human being, regardless of gender, across the earth, and moreover, they guarantee an increase in self-esteem, and dignity; and yet these do not reach the knowledge of shirtless people in the traditional society. This article aims to argue for the indispensability of the educational process named knowledge transfer in increasing awareness among women about the opportunities to promote equality and social progress, and building a more humane world. To this aiming, actions in the extension modality will be analyzed made by Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, academic project from Universidade Estadual de Santa Cruz, held in Canavieiras/BA, in a women group called Rede de Mulheres Pescadores e Marisqueiras do Sul da Bahia. In addition to theoretical and methodological basis,*

this production was based on research by literature reviewing in legislative, educational and social issues.

Keywords: *Human rights. Knowledge. Women. Transfer.*

Introdução e objetivos

Ao longo dos anos, séculos, o gênero feminino esteve, na grande maioria das vezes, em situação de inferioridade em relação ao coletivo masculino, nos diversos ambientes sociais da humanidade. Todavia a sociedade ainda tem a concepção de que "ser mulher" significa não ter a capacidade e, conseqüentemente, não poder tomar as decisões básicas relacionadas à vida, nesse caso, vivida sem plenitude.

A questão central no que toca a relação de poder entre os gêneros está pautada na ideia tradicional de que a mulher necessita ser subjugada pelo homem, e qualquer ação fora desse padrão "comum" e "aceitável" era mal vista socialmente. Isso quer dizer que as mulheres deveriam subordinar os direitos de suas vidas às vontades de seus pais e, posteriormente, às de seus maridos (RIBEIRO, 2006).

Na outra extremidade desse elo social, fundamentado na desigualdade, os homens passaram a se afirmar como proprietários do corpo, da liberdade, dos direitos, das decisões, enfim, da vida das representantes do sexo feminino. Essa imposição de autoridade, impulsionada pelos ideais de uma sociedade patriarcal e, portanto, sexista e machista, fez com que fossem escassos os mecanismos direcionados ao desenvolvimento feminino, ocasionando ainda complicações às mulheres, a exemplo de: dificuldade no acesso aos direitos básicos, valores de cidadania, segurança, lazer, educação e saúde, impossibilidade de conquistar espaços de liderança, além da violência dos mais variados tipos no meio doméstico.

No entanto a revolução, ocorrida no cam-

po legislativo, no sentido de proteger a vida das pessoas, com atenção especial àquelas oriundas de grupos historicamente excluídos – crianças, adolescentes, índios e mulheres – tem contribuído para despertar a sociedade acerca das problemáticas envolvendo o gênero feminino. Ana Lúcia da Silva Garcia (2010), em sua publicação sobre a contribuição da mulher na construção de novas relações de produção na economia solidária, explica que essas transformações na concepção de leis para a valorização da imagem feminina permitiram que:

[...] as mulheres pudessem ocupar novos espaços na sociedade, buscando se reposicionar frente às relações machistas estabelecidas em nossas sociedades, que demarcava para elas apenas o espaço do lar e do cuidado dos filhos, doentes e idosos. Também foi fundamental para que a vida privada e as diversas formas de violência intrafamiliares sofridas pudessem ganhar voz e o espaço de debate na sociedade (p. 94).

Nos tempos hodiernos, apesar do estudo de gênero, representação e identidade ser uma área de investigação científica recente no campo das ciências sociais, a mulher e as suas temáticas nunca estiveram tão no centro da atenção e das discussões das Ciências Humanas. Em consequência dessa demanda por conhecimento específico nessas questões, existe uma corrente de produções acadêmicas como artigos científicos, revistas, panfletos, pesquisas, manifestações e atividades de extensão.

A extensão, sob esse enfoque educacional, social e estratégico, visa fomentar a comoção na sociedade e garantir uma mudança na situação de risco em que se encontram as mulheres, no Brasil e no mundo.

Todos os empreendimentos, envolvendo a transmissão ou transferência de conhecimento – ações "extensionistas" –, principalmente, em relação às mulheres que se situam à margem desses conceitos acadêmicos, se configuram

imprescindíveis para que essas se tornem, posteriormente, "empoderadas", para realizar o seu próprio progresso, se sentindo capazes de comandar todos os passos da sua vida.

Além disso, educar com a finalidade de expandir o desenvolvimento humanitário é um valor de ordem internacional, garantido no segundo parágrafo, do artigo XXVI, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o qual explicita que:

A educação terá por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais/éticos ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da paz (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 12).

É importante destacar que o transporte do conhecimento, agregado na universidade, sobre os direitos e garantias humanitários para a massa popular, é considerado muito mais do que uma ação de cunho puramente acadêmico. Fazer extensão é intervir numa situação de mazela social, estrategicamente, criando iniciativas alternativas, e, além disso, inovadoras em relação às bases da educação.

Do ponto de vista da questão do coletivo feminino, as movimentações que visam à educação em direitos humanos e sociais colocaram em foco para debate a relação desequilibrada que acontecia, e ainda em muitas localidades ao redor do globo terrestre, persiste em acontecer entre homens e mulheres.

Retomando o que foi inicialmente introduzido, um dos problemas que a desigualdade das relações de poder entre os gêneros masculino e feminino gerou, foi a transgressão social na forma da prática da violência. É muito comum, no Brasil, uma mulher sofrer todo tipo de violência no seu lar, e não por um homem

qualquer, mas por aquele a quem ela escolheu para ter uma relação afetiva.

Diante disso, os órgãos relacionados ao zelo pela segurança social, a exemplo das delegacias policiais, mesmo com uma legislação específica, a Lei n. 11.360/06 – Lei Maria da Penha -, não estão preparados para assistir a essas mulheres violentamente fragilizadas. Na tentativa de solucionar essa falha na prestação da segurança à mulher, foram previstas a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) e os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM).

Não obstante esse esforço governamental ainda tem sido irrisório, sendo essa ação ainda mais tênue em municípios de pequeno porte. Com a necessidade de suprir uma carência no atendimento à alta demanda de violência doméstica no município de Ilhéus, o projeto de extensão SER-Mulher (Serviço de Referência dos Direitos da Mulher) foi criado, financiado por um convênio do governo federal, representado pelo Ministério da Educação (MEC).

Nascido do desejo institucional do Departamento de Ciências Jurídicas (DCIJur) da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), em especial no Núcleo de Prática Jurídica, o projeto visa contribuir no combate à violência contra a mulher na região, aumentando o índice de conhecimento intelectual sobre os direitos femininos, e, inclusive, prestando assistência às mulheres vítimas de violência doméstica. Trabalhar com a transmissão de saberes da universidade para a sociedade civil, representadas pelas mulheres, é uma forma de contribuir na questão central das discussões do feminismo, o empoderamento – do inglês *empowerment* – do gênero feminino.

Além disso, realizando seminários, encontros, oficinas pedagógicas, cursos de capacitação e minicursos, o projeto insere a sua proposta científica de temática jurídica e feminista em seu público alvo – sociedade acadêmica, comunidade dos municípios atendidos e, principalmente, mulheres líderes de família. E,

finalmente, de uma forma inovadora, o SER-Mulher discursa sobre uma relação dialética entre sustentabilidade e relações de gênero, dando a oportunidade às mulheres, através de capacitação em legislação e empreendedorismo, de conquistar e vivenciar uma plena e verdadeira emancipação, social e econômica, o que, na prática, reflete uma melhoria da qualidade das oportunidades para a ascensão das representantes do sexo feminino.

Em princípio, é sabido que, atualmente, há uma discussão sobre a "terceira missão" da universidade, a qual, além de ser uma instituição propriamente educacional, tem como dever realizar um impacto social, econômico, cultural e intelectual na região de sua abrangência – municípios em sua redondeza. Por analogia, as instituições acadêmicas precisam fomentar um ambiente didático; contestar proposições na sociedade através da pesquisa; e promover desenvolvimento regional por meio de iniciativas de intervenção, sob a ótica da extensão.

Em virtude desse novo olhar sobre o papel do movimento acadêmico, é preciso incentivar a transmissão de conhecimento adquirido na didática e gerado na investigação. Esse processo acontece de forma direta, por meio do contato da universidade com os representantes da sociedade civil; sendo o mais importante, nesse perpasso, não é a forma como ele será realizado, mas sim os possíveis resultados que ele poderá acarretar.

Vale ressaltar que, para o caso específico da educação voltada para os direitos humanos, o conhecimento não deve ser tratado aleatoriamente, ao contrário, é preciso aplicá-lo em concordância com as reais necessidades do público-alvo escolhido, levando em conta também a atividade econômica exercida. No caso das mulheres, para garantir, tanto por elas quanto por terceiros, uma sociedade pautada nos valores da equidade, é necessário transmitir informações sobre os direitos: civil, trabalhista, previdenciário, econômico, empresarial, além dos direitos humanos e fundamentais.

Sob essa perspectiva de um novo feminismo na universidade, o intuito desse trabalho é expor a importância de levar o conhecimento sobre direitos básicos e valores de cidadania às mulheres que estão numa posição desfavorecida socialmente, com a finalidade de lhes ofertar condições concretas para o seu progresso, emancipação e empoderamento. No caso da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), foi abordada a relação educacional entre o projeto SER-Mulher (Serviço de Referência dos Direitos da Mulher) e um coletivo feminino da Reserva Extrativista de Canavieiras (Resex), a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia.

Para exemplificar essa iniciativa de intervenção social, com base nos princípios educacionais da transmissão de conhecimentos, são expostas atividades propostas e desenvolvidas pelo SER-Mulher, sob esse enfoque do papel inovador em que a extensão se empenha na construção de uma sociedade mais humanitária.

Metodologia

Como fundamentação teórica, além da exemplificação dada através das iniciativas em extensão do SER-Mulher, foi realizada também uma revisão da literatura dos principais assuntos quanto à temática mulher. A pesquisa bibliográfica, nesse momento, se torna essencial para agregação de novos saberes sobre os temas pertinentes ao gênero feminino, e, ademais, de métodos desenvolvidos para construção de novos parâmetros educacionais.

Primeiramente foi necessário entender sobre o conceito de gênero, identidade da mulher, visando compreender a assimetria social em consequência da imposição de poder, representada pelo papel tradicional do homem. Deve-se destacar que não é objetivo descaracterizar, de forma pejorativa, a figura masculina, mas explicitar a subjugação social causada pelo machismo e sexismo, tão presentes na sociedade.

A saber, essa dominação imposta pelo gênero masculino, impulsionada pelos valores tradicionais da humanidade, permite que a mulher se sinta distinta, excluída, restringida e discriminada somente por ser do sexo feminino. Como também, essa forma de desigualdade, em muitos aspectos, simplesmente nega às mulheres a garantia universal de que elas podem desfrutar plenamente de seus direitos, em situação de igualdade com os homens.

Com a finalidade de reverter esse problema social, é preciso criar medidas temporárias em médio prazo para a gradual modificação dos dogmas culturais e sociais, para ainda chegar a uma eliminação no preconceito e nas atitudes habituais de discriminação contra as mulheres. Com base nisso, é que se configura indubitavelmente relevante a transferência de conhecimentos da educação em geral, emprego, assistência à saúde, planejamento familiar e benefícios econômicos e sociais.

A autonomia, na forma da valorização do conhecimento desses assuntos anteriormente falados por parte das mulheres, incentiva o poder e a liderança para a busca, através de uma inovação na representatividade social, de uma melhor condição de vida. A publicação científica de Abromovay e Castro (1998) explica como esse processo, que transcende o plano da eficiência, foca majoritariamente no produto final – isso quer dizer eficácia, e se daria:

A educação formal e continuada, ou seja, traduzida em atividades de capacitação em áreas específicas por instrumentalidades variadas, como emprego, a racionalidade e o cuidado com a qualidade de vida, ou para reconstrução de estereótipos reforçadores de sexismos, é reconhecida como dimensão estratégica no plano de dar poder às mulheres – *empowerment* – para que sejam agentes de outras relações sociais e objetivamente melhor se situarem no mercado de trabalho e na vida em geral (ABROMOVAY; CASTRO, 1998, p. 36).

Análise e discussão dos resultados

O SER-Mulher desenvolveu atividades que possibilitaram a integração com a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia, de tal modo que o grupo *extensionista* transmitisse o conhecimento que está sendo construído, sobre a desigualdade de gênero e as formas de combatê-la, para estas mulheres, politicamente organizadas, em busca da efetivação dos direitos que lhes são garantidos pela legislação vigente.

A Rede de Mulheres Pesqueiras e Marisqueiras do Sul da Bahia é um dos grupos-alvo desse projeto. Esse agrupamento conta com aproximadamente 400 mulheres que residem e trabalham na Reserva Extrativista de Canavieiras (Resex). Essa rede nasceu através de um projeto feito pela doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Prodema/Uesc), Aniran Lins, intitulado “Capacitação e Fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia”, o qual, posteriormente, foi financiado pela entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, a ONU Mulheres – Unifem.

Dentre as ações possíveis, no período do agosto de 2012 a março de 2013, o SER-Mulher desenvolveu em parceria com a Rede de Mulheres: (1) uma reunião em Canavieiras, Bahia, estando presentes o SER-Mulher, Lideranças das Comunidades, abrangidas pela Rede de Mulheres e professores, a fim de discutir possíveis políticas de empoderamento voltadas para as mulheres da RESEX; (2) um seminário para as integrantes da Rede de Mulheres, organizado pelo SER-Mulher, como medida de transmissão de conhecimento sobre direitos; (3) a produção de *folder* sobre direitos trabalhistas e sobre violência doméstica em linguagem clara e objetiva; (4) e um evento realizado no dia 8 de março, integralizando universidade e comunidade, com palestras e discussões sobre gênero.

O primeiro momento de integração do SER-Mulher com a Rede de Mulheres aconteceu em uma reunião, ocorrida no início do mês

de agosto de 2012, comparecendo professores, estudantes interessados na matéria e mulheres, que compõem a rede de extrativistas, com a finalidade de explanar aspectos relevantes da história da Reserva Extrativista de Canavieiras na Bahia, bem como sua formação institucional e as possíveis estratégias de fortalecimento dos seus componentes – pescadoras, marisqueiras e catadoras. Os presentes conversaram com um representante da liderança da Associação Mãe dos Extrativistas (Amex), o qual explicou a necessidade de se criar uma instância que mediasse conflitos importantes entre as comunidades, as extrativistas, a reserva e os atores da sociedade civil, ou seja, foi discutida a necessidade de inserir a mediação e a conciliação como forma de pacificar as relações, promovendo, assim, relações mais estáveis na comunidade.

Após esta reunião, aconteceram outras de natureza semelhante, todas de extrema relevância já que, por meio da integração entre grupos que trabalham com questões de gênero, dando ênfase para o empoderamento feminino, foi possível esclarecer sobre as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento da Resex.

Aos dezenove dias do mês de agosto de 2012, houve uma reunião em Canavieiras, Bahia, estando presente o SER-Mulher, representado por professores e bolsistas, a Rede de Mulheres, representada por cada duas ou três mulheres de Bel-

monte, Barra Velha, Atalaia, Una, Pedra de Una e outras comunidades que compõem o grupo, e mestrandas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), totalizando cerca de 20 pessoas. Nesta ocasião, as professoras ministraram uma oficina sobre Indústria Criativa. A indústria criativa consiste no desenvolvimento de uma atividade econômica, baseada na utilização de matéria prima e resíduos da região de modo artesanal e criativo, é uma forma de complementar a renda, melhorar as condições econômicas do núcleo familiar e proporcionar empoderamento.

As representantes das comunidades entenderam que existe a possibilidade de formar uma cooperativa para a produção e venda de produtos (acessórios, doces etc.), desenvolvidos por elas mesmas, e utilizando material da própria região (palha, búzios, cascos de ostras etc.), incluindo a criação de uma marca para os produtos artesanais da Rede de Mulheres. As representantes das comunidades comprometeram-se em transmitir, para a comunidade, as informações adquiridas e articular com as mulheres as possibilidades de pôr as ideias desenvolvidas, nesta oficina, em prática. As professoras entenderam a necessidade de essas mulheres encontrarem uma fonte complementar de renda, principalmente no período defeso (período adequado para a pesca), e se comprometeram a ajudá-las através de cursos de qualificação profissional.

FIGURA 1 – Oficina e dinâmica da indústria criativa realizada na sede da RESEX de Canavieiras, Canavieiras, 2012





Fonte: Acervo do Ser Mulher, 2013.

Com uma vertente de empoderamento um pouco diferenciada, havendo menor atenção para formas de desenvolvimento de atividades econômicas, que possam complementar a renda, e maior atenção para proporcionar às mulheres o conhecimento sobre seus direitos e a forma de exigí-los, foi desenvolvido o Curso de Capacitação em Direitos da Mulher, realizado no dia 21 de setembro de 2012, na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), estando presentes cerca de 80 mulheres, membros dos municípios de Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Bahia e componentes da Rede de Mulheres, além de professores e estagiários.

O curso contou com uma palestra da professora Saskya Lopes, Vice-Coordenadora do SER-Mulher, sobre a Lei Maria da Penha e suas aplicações. Houve também uma palestra sobre a Seguridade Social e os Direitos Previdenciários das

Mulheres, ministrada por Lorena de Jesus, Noélia Santos e Tiana Brandão, servidoras do Ministério da Previdência Social (INSS), e, por fim, uma palestra sobre os 12 Direitos Básicos da mulher, conforme divulgação da Organização das Nações Unidas (ONU), ministrada pela MM. Juíza Antônia Maria, da 1ª Vara de Crime de Itabuna. Durante o curso, houve discussão e participação do público, ficando evidente que muitas das mulheres, ali presentes, vivenciavam a violência doméstica, entretanto não sabiam a forma adequada para acionar o judiciário. Com o curso, elas tiveram conhecimento do modo pelo qual podiam se defender contra as agressões no ambiente familiar, sobre a Seguridade Social, bem como sobre licença maternidade, aposentadoria, pensão e outros, além da possibilidade de trocar experiências e tirar dúvidas sobre os seus direitos.

FIGURA 2 – Participação da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras no evento realizado na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2012





Fonte: Acervo Ser Mulher, 2012.

O SER-Mulher produziu um *folder* sobre direitos trabalhistas e previdenciários da mulher, intitulado “Você é Trabalhadora? Então Conheça Seus Direitos!”, e outro sobre violência doméstica, intitulado “Breves Informes sobre Violência Doméstica”. Este material foi desenvolvido em uma linguagem clara e objetiva, de modo a ser facilmente entendido. Constituiu um meio de transmissão de conhecimento eficaz porque, além de ser lido pelas pessoas que estão presentes nos eventos promovidos pelo grupo, ele pode ser levado para o ambiente familiar, para a vizinhança e toda a comunidade, tornando assim, mais amplo o alcance dos objetivos do SER-Mulher, como a diminuição da violência doméstica, o respeito às mulheres em todas as esferas da sociedade, e o empoderamento, como forma de promover a igualdade de gênero.

No dia oito de março de 2013, o SER-Mulher promoveu um encontro com a presença de professores, estudantes, integrantes da Rede de Mulheres e demais interessados no tema, com a palestra intitulada “Dia In-

ternacional da Mulher – uma História de Lutas e Conquistas”, proferida pela professora Marinete dos Santos Silva, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), e coordenadora do Atelier de Estudos de Gênero (Ategen). Em sua intervenção, a professora Marinete fez uma abordagem atual sobre a situação das mulheres no Brasil e no mundo, relatando casos práticos, vivenciados pelos pesquisadores do Ategen, que demonstram ainda a existência de situações de subserviência feminina em relação ao masculino, oriundas principalmente de uma situação de dependência: física, psicológica ou material. Ressaltou também que a situação de desigualdade, principalmente física, sempre faz com que a mulher saia perdendo nos embates com o homem, sendo o empoderamento a solução para o problema. Após a exposição, seguiu-se um rico debate entre os presentes, inclusive com depoimentos de mulheres que conseguiram se libertar de situação de dependência, a partir de uma tomada de posição rumo ao seu empoderamento.

FIGURA 3 – Palestra em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – 8 de Março, com a participação de líderes da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia, Ilhéus, 2013



Fonte: Acervo do Ser Mulher, 2013.

Considerações finais

As atividades que são desenvolvidas pelo SER-Mulher, voltadas para a rede de mulheres pescadoras e marisqueiras do sul da Bahia, hoje, apresentam-se como indispensáveis para a manutenção do fortalecimento político, econômico, social e cultural das mulheres que compõem a Reserva Extrativista, sendo válido ressaltar o papel fundamental da organização política dessas mulheres, do trabalho "extensionista" e da transmissão de conhecimento como forma de empoderamento.

Na organização política das pessoas com um problema comum, é imprescindível que

elas possam se fortalecer e buscar a melhor maneira para solucionar os conflitos, nos quais estão inseridas. Deste modo, é notável a importância da Rede de Mulheres, já que este é um meio no qual as mulheres da Resex podem se unir com o fulcro de erradicar a desigualdade de gênero nas comunidades da qual fazem parte, bem como os casos de violência doméstica e o desrespeito aos seus direitos previdenciários e trabalhistas.

A transmissão de conhecimento, através de cursos, reuniões e *folders*, apresenta-se como um meio eficaz, já que permite que as mulheres entendam a natureza do problema do qual fazem parte e, ao mesmo tempo,

possam articular estratégias para combatê-los. Neste sentido, é que se faz relevante o trabalho que é desenvolvido pelo Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, pois este se apresenta como uma ponte entre o que é produzido nos centros acadêmicos e as comunidades que vivenciam os problemas, que assolam os mandamentos Constitucionais, dando destaque à igualdade.

Desta forma, torna-se notável os efeitos positivos que o SER-Mulher está provocando nas comunidades abrangidas pelo projeto, conforme, inclusive, depoimentos das participantes da reunião de que “o grupo está indo pelo caminho certo”. As informações que são transmitidas para as mulheres, que compõem o grupo, permitem que tomem coragem para tomar decisões: sobre separação, quando sofrem violência doméstica; sobre encontrar uma fonte de renda complementar à renda familiar, quando sofrem violência patrimonial ou subordinação econômica; e sobre procurar órgãos públicos e órgãos do Poder Judiciário, quando houver violação de algum direito que lhe for inerente.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Engendrando um novo feminismo**: mulheres líderes de base. Brasília, DF: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://www.unesco.org/images/0013/001315/131536porb.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNIC Rio de Janeiro. **Declaração Universal dos Direitos humanos** (1948). Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

FAGUNDES, T. C. P. C. **Ensaio sobre identidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2003.

LA TERCERA misión y las redes temáticas CID. NotiCID, [s.l.], n. 5-6, p. 1-11. jul. 2012. Proyecto CID. Newsletter. Disponível em: <<http://www.alfacid.fondazionecru.it/Documents/newsletter/NotiCID5-6.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

MALUF, S. W. et al. (Org.). **Olhares feministas**. Brasília, DF: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. (Coleção Educação para Todos, 10). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154563por.pdf>>. Acesso em: 1º mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **De mãos dadas com a mulher**: a UNESCO como agente promotor da igualdade de gêneros. Brasília, DF: UNESCO, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127141por.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, n.3, p. 829-841, set.-dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a12v14n3.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

RODRIGUES, A. S. et al. (Org.). **Os hereges**: temas em direitos humanos, ética e diversidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (Brasil); UNESCO; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Direitos humanos no cotidiano**: manual. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos: Unesco, 2001.



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

IMPRESSO NA GRÁFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS-BA